EDITAL - Licitação

Órgão Realizador do Certame:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

LICITAÇÃO Nº. 00004/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR LOTE

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

PREFEITURA MUNCIPAL DE GRANITO

AV JOSE SARAIVA XAVIER, 90 - CENTRO - GRANITO - PE.

CEP: 56160–0000 - E-mail: cpl.granito@gmail.com - Tel.: (87) 38801156.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 11.040.888/0001–02, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09:00 horas do dia 31 de Julho de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00004/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por lote, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 505, de 19 de Fevereiro de 2025; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 053, de 29 de Dezembro de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga.

Data de abertura da sessão pública: 31/07/2026. Horário: 09:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 31/07/2026. Horário: 09:30 - horário de Brasília.

Local: www.licitanet.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: www.licitanet.com.br.

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.6.ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.www.granito.pe.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos;

3.2.1.2.www.licitanet.com.br; e

3.2.1.3.www.gov.br/pncp.

3.3.Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 505, de 19 de Fevereiro de 2025; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 053, de 29 de Dezembro de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 12 (doze) meses.

5.2.O serviço será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se esta contratação, de serviço contínuo.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Lei Ordinária–PREF nº 524, de 05 de dezembro de 2025 LOA

04 122 0403 2801 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

04 122 0403 2804 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

08 122 0801 4026 0000 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

04 122 0403 2809 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GESTÃO E CONTROLE INTERNO

15 122 0403 2825 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

20 122 2001 2835 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL

20 605 2002 4010 0000 NANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO

18 122 1802 2845 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE EDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

26 122 2601 2856 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

27 812 2706 4029 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES

04 122 0405 4030 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS

04 122 0403 4037 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

04 122 0403 4038 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PROJETOS

10 122 1001 2985 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1001 2986 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA

10 302 1001 2869 0000 GESTAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 304 1001 2874 0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA

10 305 1001 2875 0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EM SAÚDE

08 122 0801 2881 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 122 0808 2898 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

08 243 0809 4018 0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS

08 244 0810 4019 0000 MANUTENÇÃO DA CONZINHA COMUNITÁRIA

08 245 0802 4000 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

12 122 1201 2920 0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 1201 2925 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 1201 2995 0000 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SUPLEMENTARES PARA O ENSINO

12 361 1201 2925 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

12 365 1201 2928 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES

12 365 1201 2929 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL–PRÉ ESCOLA

18 122 0811 2944 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

04 122 0402 4024 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

08 122 0813 4035 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

elemento: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA Jurídica.

5.5.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar–se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.De acordo com o decreto vigente, em alinhamento com diretrizes de fomento à economia regional, a participação neste procedimento é exclusiva para entidades localizadas nos seguintes municípios da Sertão do Araripe: Granito, Araripina, Ouricuri, Trindade, Ipubi, Santa Cruz, Santa Filomena, Bodocó, Exu, Moreilândia.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Portanto, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio: As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si,

formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas: Pela natureza do objeto desta contratação e observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços, feita através de uma das seguintes opções a critério do licitante: a) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, em substituição da referida vistoria prévia, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, que temos conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto do Pregão Eletrônico nº 00004/2026, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Muncipal de Granito - PE" ◄; b) Vistoria prévia ao local de execução dos serviços, a ser realizada pelo responsável técnico da empresa até o último dia útil que anteceder a licitação. O correspondente atestado de vistoria deverá ser formalmente elaborado pelo próprio licitante e assinado pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, a data que foi efetuada a vistoria, e basicamente com os seguintes termos: ► "ATESTAMOS sob as penalidades da lei, que vistoriamos o local de execução dos serviços e tomamos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto do Pregão Eletrônico nº 00004/2026, realizado pela Prefeitura Municipal de Granito - PE" ◄.

6.9.1.1.No caso do licitante optar por realizar a vistoria prévia ao local de execução dos serviços, deverá comunicar ao Órgão de Contratação com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida vistoria, necessária para que seja feito o devido agendamento junto ao setor competente do ORC que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

6.9.2.Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor do Licitante, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.

6.9.2.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza–se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê–los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3°, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote; e

8.3.2.Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua PROPOSTA mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

9.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

10.27.1.Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2.Empresas brasileiras;

10.27.3.Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4.Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28.Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.29.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.29.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.29.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.29.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.29.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a sua proposta atualizada, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.29.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.30.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.31.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.

11.2.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

11.3.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1.Contiver vícios insanáveis;

11.5.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.5.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.6.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.6.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.6.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o lote correspondente.

11.7.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.8.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contração, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta–se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar–se–ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora–Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços - item 6.9.1.

12.4.2.Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.2.

12.5.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.5.2.De oficio, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8.Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

12.8.1.A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.8.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.8.3.Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e

12.8.4.Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.9.Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.11.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.11.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original;

ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.16.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - proposta atualizada - deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1.Planilha de quantitativos e preços.

13.2.A referida planilha deverá ser assinada por responsável da empresa:

13.2.1.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

13.2.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.3.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.4.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.4.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.4.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.4.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor;

13.4.4.O deságio eventualmente obtido no valor do lote será repassado integralmente e de forma linear a todos os seus itens, sendo que, se após esse rateio restar valor unitário, para qualquer item do lote, superior ao estimado pelo ORC, será atribuído ao respectivo item o valor estimado, procedendo-se novo rateio para que seja preservado o deságio obtido no lote.

13.5.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.8.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.8.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.9.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.licitanet.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/05/2026.

17.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2.Obrigações do Contratado:

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0.DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que

a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir–se–á o dia do início e incluir–se–á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Av Jose Saraiva Xavier, 90 – Centro – Granito – PE, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Bodocó, Estado de Pernambuco.

Granito - PE, 15 de Julho de 2026.

_____

CLEYTON FREIRE DE SALES

Pregoeiro Oficial

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Descrição detalhada do objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga, de forma integrada:

I – a instalação, ativação e configuração dos links de acesso;
II – o fornecimento de todos os equipamentos necessários à plena execução do serviço, tais como roteadores, switches, conversores e demais dispositivos, em regime de comodato ou incluídos no valor mensal contratado;
III – a prestação de suporte técnico especializado;
IV – a manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos fornecidos;
V – a garantia de níveis mínimos de desempenho, estabilidade e disponibilidade do serviço.

Os **equipamentos eventualmente fornecidos** deverão ser de **fabricação nacional**, quando aplicável, atendendo às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.

O serviço destina-se ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Administração Pública, assegurando conectividade contínua, segura e compatível com os sistemas institucionais utilizados.

1.2. Do valor estimado e da planilha orçamentária

O valor estimado da contratação será definido com base em **pesquisa de preços previamente realizada**, considerando valores praticados no mercado para serviços equivalentes, compatíveis com a natureza continuada do objeto, os quantitativos demandados e as especificações técnicas exigidas.

LOTE 1

Nome/Razão Social	Endereço	Plano MB Fibra	Quantidade	Média	Mês	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	80	12	1,95	R$ 156,00	R$ 1.872,00
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	80	12	1,95	R$ 156,00	R$ 1.872,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	80	12	1,95	R$ 156,00	R$ 1.872,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	25	12	1,95	R$ 48,75	R$ 585,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	80	12	1,95	R$ 156,00	R$ 1.872,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	80	12	1,95	R$ 156,00	R$ 1.872,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	300	12	1,95	R$ 585,00	R$ 7.020,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO	AVENIDA JOSE SARAIVA XAVIER	250	12	1,95	R$ 487,50	R$ 5.850,00
					R$ 15.161,25	**R$ 181.935,00**

LOTE 2

Localidade	**Unidade**	MB	Quantidade	Média	Mês	Total

Bela Vista	Cozinha Bela Vista	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Bela Vista	Escola Bela Vista	400	12	1,95	R$ 780,00	R$ 9.360,00
Bela Vista	PSF Bela Vista	400	12	1,95	R$ 780,00	R$ 9.360,00
Bela Vista	Feira do Gado – Churrascaria	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Bela Vista	Feira do Gado	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Rancharia	Subprefeitura Rancharia	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Rancharia	Escola Rancharia	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Rancharia	PSF Rancharia	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Rancharia	Cozinha Rancharia	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
Rancharia	Casa da Juventude	200	12	1,95	R$ 390,00	R$ 4.680,00
					R$ 4.680,00	**R$ 56.160,00**

VALOR TOTAL: R$ 238.095,00 (Duzentos e trinta e oito mil e noventa e cinco reais).

1.3. Do reajuste

Os preços contratados poderão ser reajustados, observado o **interregno mínimo de 12 (doze) meses**, contado a partir da data do orçamento estimado ou da data da proposta, conforme definido no instrumento contratual.

O reajuste deverá refletir a variação efetiva dos custos da contratação, mediante a utilização de **índice setorial ou índice oficial amplamente reconhecido**, compatível com a natureza do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das disposições contratuais.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela **imprescindibilidade do serviço de acesso à internet para a continuidade, eficiência e regularidade das atividades da Administração Pública**, considerando o atual contexto de digitalização dos serviços públicos e a crescente dependência de sistemas informatizados para a execução das políticas públicas.

O acesso à internet configura-se como **infraestrutura essencial**, indispensável ao funcionamento dos órgãos administrativos, à tramitação de processos eletrônicos, à utilização de sistemas oficiais de gestão, ao atendimento ao cidadão e à comunicação institucional, sendo condição necessária para o cumprimento das atribuições legais da Administração.

A inexistência, precariedade ou instabilidade desse serviço compromete diretamente:

- a continuidade do serviço público;
- a eficiência administrativa;
- a segurança da informação;
- o cumprimento de prazos legais e normativos;
- a transparência e o controle social.

Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária, adequada e proporcional**, atendendo ao interesse público e aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, consagrados na Lei nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da contratação decorre da **demanda permanente por conectividade confiável, estável e de alto desempenho**, indispensável à execução das atividades administrativas e finalísticas da Administração Pública.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação pública deve ser precedida de planejamento e fundamentação adequada, demonstrando-se a real necessidade da Administração e a compatibilidade da solução pretendida com o interesse público.

A Administração Pública utiliza, de forma intensiva e contínua, sistemas eletrônicos e plataformas digitais, tais como:

- sistemas de gestão administrativa, financeira, contábil e orçamentária;
- plataformas eletrônicas de contratações públicas;
- sistemas informatizados de saúde, educação, assistência social e demais políticas públicas;
- portais institucionais, sistemas de transparência e canais de atendimento ao cidadão.

Essas ferramentas demandam **acesso à internet com alta disponibilidade, estabilidade, baixa latência e capacidade compatível com o volume de dados trafegados**, requisitos plenamente atendidos pela tecnologia de **fibra óptica**, amplamente consolidada no mercado e reconhecida por sua confiabilidade e desempenho superior.

Assim, a contratação visa suprir necessidade real, contínua e previsível, garantindo condições adequadas para o funcionamento da Administração Pública e para a prestação eficiente dos serviços públicos à sociedade.

4. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A contratação objeto deste Termo de Referência encontra-se **plenamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Pública**, notadamente ao Plano de Contratações Anual (PCA), bem como às diretrizes estratégicas de modernização administrativa e ampliação do uso de tecnologias da informação.

O planejamento prévio da contratação:

- assegura racionalidade administrativa;
- evita contratações emergenciais ou improvisadas;
- permite melhor gestão dos recursos orçamentários;
- fortalece a governança das contratações públicas.

A demanda por serviços de acesso à internet possui **natureza continuada e previsível**, o que reforça a necessidade de sua adequada programação no âmbito do planejamento anual, em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, resta demonstrado que a contratação está **coerentemente inserida no planejamento institucional**, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Administração e para a melhoria da prestação dos serviços públicos, sem prejuízo da observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A contratação terá **vigência inicial compatível com a natureza continuada do objeto**, a ser definida no instrumento contratual, observada a necessidade de garantir a **continuidade dos serviços públicos essenciais** que dependem de conectividade à internet.

A vigência contratual deverá ser fixada de modo a assegurar:

- estabilidade na prestação do serviço;
- previsibilidade orçamentária;
- eficiência administrativa;

- adequada relação custo-benefício.

Admite-se a **prorrogação da vigência**, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições originalmente pactuadas e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à avaliação do desempenho da contratada e à compatibilidade com o interesse público.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na **contratação integrada de serviço de acesso à internet**, contemplando todo o **ciclo de vida do objeto**, desde a fase de implantação até a operação contínua e eventual desmobilização.

O ciclo de vida da solução abrange, de forma indissociável:
I – planejamento e implantação dos links de acesso;
II – fornecimento, instalação e configuração dos equipamentos necessários;
III – operação contínua do serviço, com garantia de desempenho e disponibilidade;
IV – suporte técnico especializado e manutenção preventiva e corretiva;
V – atualização ou substituição de equipamentos, quando necessário, sem prejuízo da continuidade do serviço;
VI – encerramento contratual, com a adequada retirada ou devolução dos equipamentos fornecidos em comodato.

A abordagem integrada do ciclo de vida assegura maior eficiência operacional, redução de riscos, padronização técnica e melhor controle da execução contratual, atendendo às boas práticas de governança das contratações públicas.

7. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO

A solução a ser contratada deverá assegurar **serviço de acesso à internet estável, contínuo e compatível com as demandas institucionais**, observando-se os seguintes aspectos:

I – disponibilização de links de acesso com velocidades adequadas às necessidades da Administração;
II – utilização de tecnologia de fibra óptica como meio principal de transmissão de dados, salvo inviabilidade técnica devidamente justificada;

III – fornecimento de equipamentos adequados, modernos e compatíveis com a solução proposta;
IV – garantia de níveis mínimos de qualidade, desempenho e disponibilidade do serviço;
V – suporte técnico especializado, com atendimento em prazos compatíveis com a criticidade do serviço;

VI – manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional para a Administração.

A solução deverá ser dimensionada de modo a suportar o uso simultâneo por múltiplos usuários, sistemas e aplicações, assegurando **segurança da informação, confiabilidade operacional e escalabilidade**, permitindo eventuais ampliações dentro dos limites contratuais.

8. DA PROPRIEDADE E DA AUTONOMIA

Os equipamentos, sistemas e soluções eventualmente fornecidos para a execução do objeto deverão garantir à Administração **plena autonomia operacional**, não gerando dependência tecnológica indevida em relação à contratada.

Quando fornecidos em regime de comodato, os equipamentos permanecerão sob responsabilidade da contratada, cabendo-lhe assegurar:

- funcionamento adequado durante toda a vigência contratual;
- substituição imediata em caso de defeito ou obsolescência;
- compatibilidade com a infraestrutura tecnológica da Administração.

A Administração deverá manter **autonomia para gerir seus dados, sistemas e redes internas**, não sendo admitida qualquer limitação de acesso, bloqueio técnico ou restrição operacional que comprometa o exercício de suas atribuições institucionais.

9. DA PERSONALIZAÇÃO E DA ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução contratada deverá ser **adequadamente dimensionada e ajustada às necessidades específicas da Administração**, considerando a diversidade de unidades atendidas, o volume de usuários, o tráfego de dados e a criticidade dos serviços suportados.

A personalização da solução deverá abranger:

- adequação das velocidades contratadas às demandas de cada unidade;
- configuração técnica compatível com os sistemas utilizados;
- possibilidade de ajustes operacionais, dentro dos limites contratuais, para atender a variações de demanda.

A contratada deverá demonstrar capacidade técnica para **adaptar a solução às peculiaridades do ambiente administrativo**, assegurando desempenho satisfatório, estabilidade e continuidade do serviço, sem custos adicionais indevidos para a Administração.

10. DO CONTROLE E DA MANUTENÇÃO

A contratada será responsável por realizar **manutenção preventiva e corretiva contínua** dos serviços e equipamentos fornecidos, de forma a garantir a plena operacionalidade da solução durante toda a vigência contratual.

O controle e a manutenção deverão contemplar:

- monitoramento permanente da qualidade e disponibilidade do serviço;
- atendimento técnico em prazos compatíveis com a criticidade do objeto;
- correção imediata de falhas ou interrupções;
- substituição de equipamentos defeituosos, quando necessário.

A Administração exercerá o **controle e a fiscalização da execução contratual**, podendo solicitar informações técnicas, relatórios de desempenho e registros de ocorrências, com vistas a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas e a adequada prestação do serviço.

11. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor dar-se-á por meio de **processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, em razão de o objeto consistir em **serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente definidos** neste Termo de Referência e no edital.

O critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço**, observado o atendimento integral às especificações técnicas, aos requisitos de qualidade e às condições de execução estabelecidas, assegurando-se a seleção da proposta **mais vantajosa para a Administração Pública**.

A adoção do Pregão Eletrônico:

- amplia a competitividade do certame;
- assegura isonomia entre os licitantes;
- confere maior transparência ao procedimento;
- contribui para a obtenção de melhores condições econômicas.

A habilitação dos licitantes será exigida nos limites estritamente necessários à garantia da adequada execução do objeto, vedadas exigências desproporcionais ou restritivas à competitividade, em conformidade com os princípios da legalidade, razoabilidade, competitividade e julgamento objetivo.

12. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto será considerado aceito quando **atendidas integralmente** as condições técnicas, operacionais e contratuais estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

A aceitação do serviço observará, entre outros, os seguintes critérios:

I – correta instalação e ativação dos links de acesso à internet;
II – entrega e funcionamento adequado dos equipamentos fornecidos;
III – atendimento às velocidades contratadas e aos níveis mínimos de desempenho e disponibilidade;
IV – regularidade e eficiência do suporte técnico prestado;
V – inexistência de falhas que comprometam a continuidade do serviço público.

A Administração poderá realizar **verificações técnicas, testes de desempenho e monitoramentos periódicos**, a qualquer tempo, para fins de aceitação, rejeição ou glosa dos serviços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.

13. DAS JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA

13.1. Justificativa técnica

A escolha da solução proposta fundamenta-se em critérios eminentemente técnicos, considerando que o serviço de acesso à internet por meio de **fibra óptica** apresenta:

- maior estabilidade e confiabilidade operacional;
- elevada capacidade de transmissão de dados;
- baixa latência;
- melhor desempenho para sistemas críticos da Administração Pública;
- maior escalabilidade para atender ao crescimento da demanda.

Tais características tornam a solução tecnicamente adequada para suportar as atividades administrativas e finalísticas, garantindo continuidade, segurança da informação e eficiência operacional.

13.2. Justificativa econômica

Sob o aspecto econômico, a solução escolhida revela-se **vantajosa para a Administração**, uma vez que:

- apresenta melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo;
- reduz riscos de interrupções e retrabalhos;
- minimiza custos indiretos decorrentes de falhas ou instabilidade do serviço;

- permite previsibilidade orçamentária em razão da natureza continuada do objeto.

A conjugação dos aspectos técnicos e econômicos demonstra que a solução adotada atende plenamente ao **interesse público**, assegurando eficiência, economicidade e qualidade na prestação do serviço.

14. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, administrativos e legais necessários à adequada execução do objeto, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço prestado.

14.1. Requisitos técnicos

Constituem requisitos técnicos mínimos da contratação:

I – prestação de serviço de acesso à internet, preferencialmente por **fibra óptica**, com velocidades compatíveis com a demanda institucional;
II – fornecimento, instalação e configuração dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço;
III – garantia de níveis mínimos de desempenho, estabilidade e disponibilidade;
IV – suporte técnico especializado, com atendimento em prazos compatíveis com a criticidade do serviço;
V – manutenção preventiva e corretiva contínua, sem ônus adicional para a Administração.

14.2. Requisitos operacionais

O serviço deverá ser executado de forma contínua, assegurando:

- disponibilidade permanente do acesso à internet;
- rápida resposta a falhas ou interrupções;
- compatibilidade com os sistemas e a infraestrutura tecnológica da Administração.

14.3. Requisitos administrativos e legais

A contratação deverá observar:

- a modalidade de Pregão, na forma eletrônica;
- o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- a observância das normas de segurança da informação aplicáveis;
- a sujeição à fiscalização e ao controle da Administração.

15. DA SUSTENTABILIDADE

A contratação deverá observar **critérios de sustentabilidade**, em consonância com as boas práticas de gestão pública e com os princípios da eficiência e da responsabilidade socioambiental.

15.1. Aspectos ambientais

A execução do objeto deverá priorizar:

- o uso de infraestrutura já existente, sempre que possível;
- a minimização de intervenções físicas no meio ambiente;
- o descarte ambientalmente adequado de equipamentos e materiais eventualmente substituídos.

15.2. Aspectos econômicos e sociais

A contratação contribuirá para:

- uso racional dos recursos públicos;
- redução de desperdícios;
- estímulo ao mercado nacional, considerando a exigência de **fabricação nacional** dos equipamentos, quando aplicável.

15.3. Sustentabilidade na execução

A contratada deverá adotar práticas que reduzam impactos ambientais e promovam a eficiência operacional, sem prejuízo da qualidade e da continuidade do serviço.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação será admitida **de forma parcial e excepcional**, desde que não comprometa a execução adequada do objeto e seja previamente autorizada pela Administração.

16.1. Limites da subcontratação

A subcontratação poderá abranger apenas atividades acessórias ou complementares, tais como:

- serviços pontuais de instalação;
- apoio técnico local;
- intervenções específicas de infraestrutura.

Em nenhuma hipótese a subcontratação poderá abranger a totalidade do objeto ou afastar a responsabilidade da contratada principal.

16.2. Responsabilidade da contratada

A contratada permanecerá **integralmente responsável** pela execução do objeto, pela qualidade do serviço prestado e pelo cumprimento das obrigações contratuais, independentemente da eventual subcontratação autorizada.

16.3. Controle pela Administração

A Administração poderá exigir informações e documentos relativos à subcontratação, bem como vedá-la caso verifique riscos à execução contratual ou ao interesse público.

17. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (GARANTIA CONTRATUAL)

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como **serviço continuado**, com pagamento mensal condicionado à efetiva prestação e à aferição do desempenho, a exigência de **garantia contratual** deverá observar o princípio da proporcionalidade.

A Administração poderá **dispensar a exigência de garantia contratual**, uma vez que:

- o risco financeiro é mitigado pela execução continuada e pelos pagamentos periódicos;
- a fiscalização é permanente;
- o contrato preverá mecanismos de glosa, penalidades e sanções administrativas.

Caso a Administração entenda necessária a exigência de garantia, esta deverá:

- ser prevista no edital e no contrato;
- observar os limites legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021;
- destinar-se exclusivamente a assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

18. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

A garantia da execução do contrato será assegurada por meio de **instrumentos de controle e gestão contratual**, sem prejuízo de eventual garantia formal, quando exigida.

Constituem mecanismos de garantia da execução:

- definição clara de níveis mínimos de serviço e desempenho;
- fiscalização contínua por gestor e fiscal designados;
- aplicação de glosas, penalidades e sanções em caso de descumprimento;
- possibilidade de rescisão contratual, nos termos legais, quando caracterizada a inexecução.

Tais mecanismos asseguram que a execução contratual ocorra de forma regular, contínua e compatível com o interesse público.

19. DA VISTORIA

A realização de **vistoria técnica prévia obrigatória** como condição para participação no certame.

20. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO OBJETO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto deverá atender, no mínimo, às seguintes exigências técnicas:

I – prestação de serviço de acesso à internet em banda larga, preferencialmente por **fibra óptica**, com velocidades compatíveis com as demandas institucionais definidas neste Termo de Referência;

II – garantia de **disponibilidade contínua do serviço**, com níveis mínimos de desempenho e qualidade compatíveis com a natureza crítica das atividades administrativas;

III – fornecimento, instalação, configuração e operação de todos os equipamentos necessários à execução do serviço, em regime de comodato ou incluídos no valor contratado;

IV – utilização de equipamentos e soluções tecnológicas compatíveis com os padrões técnicos vigentes e com a infraestrutura existente da Administração;

V – suporte técnico especializado, com canais formais de atendimento e prazos de resposta compatíveis com a criticidade do serviço;

VI – manutenção preventiva e corretiva contínua, sem ônus adicional para a Administração.

As exigências técnicas deverão ser atendidas durante toda a vigência contratual, sendo vedada qualquer redução de desempenho ou qualidade sem prévia autorização da Administração.

21. DA QUALIDADE DOS MATERIAIS OU DO SERVIÇO

A qualidade do serviço prestado constitui requisito essencial da contratação, devendo a contratada assegurar padrão elevado e contínuo de desempenho durante toda a execução contratual.

A qualidade será aferida, entre outros aspectos, por meio de:

- estabilidade e regularidade da conexão;
- atendimento às velocidades contratadas;
- cumprimento dos níveis mínimos de disponibilidade;
- eficiência e tempestividade do suporte técnico;

- adequada manutenção dos equipamentos fornecidos.

Os equipamentos eventualmente disponibilizados deverão ser **novos ou em perfeito estado de funcionamento**, tecnicamente adequados e, quando aplicável, de **fabricação nacional**, atendendo às especificações definidas neste Termo de Referência.

A Administração poderá realizar testes, medições e avaliações periódicas para verificar a qualidade do serviço, aplicando as medidas contratuais cabíveis em caso de não conformidade.

22. DA SEGURANÇA

A execução do objeto deverá observar rigorosamente os requisitos de **segurança da informação e segurança operacional**, considerando a natureza dos dados e sistemas utilizados pela Administração Pública.

A contratada deverá adotar medidas que assegurem:

- integridade, disponibilidade e confiabilidade do serviço;
- proteção contra acessos não autorizados;
- mitigação de riscos de interrupção ou degradação do serviço;
- confidencialidade das informações trafegadas.

É vedada qualquer prática que comprometa a segurança da rede, dos sistemas ou dos dados da Administração, respondendo a contratada por eventuais danos decorrentes de falhas ou omissões na adoção das medidas de segurança exigidas.

23. DAS EXIGÊNCIAS DE CERTIFICAÇÕES

Quando aplicável, a contratada deverá comprovar que os **equipamentos, soluções e serviços utilizados** atendem a normas técnicas e padrões reconhecidos, garantindo qualidade, segurança e compatibilidade com a infraestrutura da Administração.

Poderão ser exigidas, conforme o caso:

- certificações de conformidade técnica dos equipamentos;
- comprovação de atendimento a normas de telecomunicações e de segurança da informação;
- declarações ou atestados do fabricante quanto à origem e à **fabricação nacional** dos equipamentos, quando aplicável.

As certificações e comprovações deverão ser apresentadas nos termos e prazos definidos no edital e no contrato, podendo a Administração rejeitar materiais ou serviços que não atendam aos padrões exigidos.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta das **dotações orçamentárias próprias**, consignadas no orçamento vigente da Administração, observada a classificação funcional-programática pertinente.

A contratação ficará condicionada:

- à existência de dotação orçamentária suficiente;
- à emissão prévia da respectiva nota de empenho;
- à observância das normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

Em caso de vigência que ultrapasse o exercício financeiro, a execução do contrato estará condicionada à disponibilidade de recursos nos exercícios subsequentes, conforme planejamento orçamentário da Administração.

25. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituem responsabilidades da contratada, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato:

I – executar o objeto de forma contínua, regular e conforme as especificações técnicas estabelecidas;
II – fornecer, instalar, configurar e manter os equipamentos necessários à execução do serviço;
III – garantir a qualidade, a estabilidade e a disponibilidade do serviço contratado;

IV – prestar suporte técnico especializado, em prazos compatíveis com a criticidade do objeto;
V – cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;

VI – responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas na execução do contrato;

VII – observar as normas de segurança da informação, confidencialidade e proteção de dados;
VIII – manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

A contratada responderá integralmente pelos atos praticados por seus empregados, prepostos ou eventuais subcontratados, não se eximindo de responsabilidade perante a Administração.

26. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

26.1. Do recebimento do objeto

O recebimento do objeto dar-se-á de forma **provisória e definitiva**, conforme a natureza continuada do serviço, mediante verificação do atendimento às especificações técnicas, aos níveis de serviço e às demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

O recebimento provisório ocorrerá após a instalação e ativação dos links e, de forma continuada, após a prestação mensal do serviço, para fins de verificação preliminar de conformidade.

O recebimento definitivo ocorrerá após a confirmação do regular funcionamento do serviço, da observância dos níveis de desempenho contratados e da inexistência de pendências técnicas ou operacionais.

26.2. Do pagamento

O pagamento será efetuado **mensalmente**, após o recebimento definitivo do serviço correspondente ao período, mediante apresentação de **nota fiscal/fatura devidamente atestada** pelo fiscal do contrato.

O pagamento ficará condicionado:

- à regularidade da execução do serviço;
- à inexistência de pendências contratuais;
- à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, quando exigível.

Eventuais falhas, interrupções ou descumprimentos contratuais poderão ensejar **glosas proporcionais**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

27. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma **contínua e ininterrupta**, observando-se o modelo operacional definido neste Termo de Referência e no contrato.

O modelo de execução compreende:
I – implantação inicial dos serviços e equipamentos;
II – operação contínua dos links de acesso à internet;
III – suporte técnico permanente;
IV – manutenção preventiva e corretiva;
V – monitoramento da qualidade e do desempenho do serviço.

A contratada deverá adotar procedimentos técnicos e operacionais capazes de assegurar a continuidade do serviço, minimizando riscos de interrupção e garantindo pronta resposta a eventuais falhas.

28. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do contrato deverá observar as seguintes condições:

I – cumprimento integral das especificações técnicas e operacionais definidas;
II – observância dos prazos de atendimento e restabelecimento do serviço;
III – manutenção da qualidade e dos níveis de desempenho contratados;
IV – cooperação permanente com a fiscalização da Administração;
V – adoção de medidas preventivas para evitar falhas ou interrupções.

É vedada qualquer alteração unilateral das condições de execução por parte da contratada, salvo mediante prévia autorização formal da Administração e observância das disposições contratuais e legais aplicáveis.

29. DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega compreenderá o **período necessário para a implantação inicial do serviço**, incluindo a instalação, configuração, ativação dos links de acesso à internet e disponibilização dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento da solução.

O prazo máximo para a implantação inicial deverá ser definido no edital e no contrato, contado a partir da **emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente**, observadas as especificidades técnicas de cada ponto de atendimento.

O início da prestação regular do serviço somente será considerado após a **comprovação do funcionamento adequado**, conforme verificação do fiscal do contrato.

30. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Os prazos de implantação e de execução contratual poderão ser **prorrogados**, desde que devidamente justificada a necessidade, demonstrada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando:

- houver atraso por motivo de força maior ou caso fortuito;
- ocorrer fato superveniente alheio à vontade das partes;

- a Administração identificar interesse público na continuidade do ajuste.

Toda prorrogação deverá ser **formalizada por termo aditivo**, precedida de manifestação técnica e jurídica, quando exigível.

31. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega do objeto deverá observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato, garantindo a adequada implantação e operação do serviço.

Constituem condições mínimas de entrega:
I – instalação e ativação dos links nos locais indicados pela Administração;
II – fornecimento e configuração dos equipamentos necessários;
III – testes de funcionamento e desempenho;
IV – entrega da documentação técnica pertinente;
V – orientação básica aos usuários indicados pela Administração, quando aplicável.

A entrega somente será considerada concluída após a **validação formal pela Administração**, por meio do fiscal do contrato, atestando a conformidade com as especificações técnicas e operacionais.

32. DO LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA

A entrega, instalação e ativação dos serviços deverão ocorrer **nos locais indicados pela Administração**, abrangendo as unidades administrativas e operacionais atendidas pela contratação, conforme endereços e pontos previamente informados no edital, no contrato ou em ordem de serviço.

As atividades de entrega e implantação deverão ser realizadas, **preferencialmente, em dias úteis e no horário regular de expediente da Administração**, salvo necessidade técnica devidamente justificada e previamente autorizada pelo gestor do contrato.

A contratada deverá coordenar previamente com a Administração as datas e horários das intervenções, de modo a **evitar prejuízos às atividades administrativas e ao atendimento ao público**.

33. DAS ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

Durante a execução contratual, a contratada deverá observar rotinas operacionais mínimas, visando assegurar a continuidade e a qualidade do serviço, incluindo:

I – monitoramento contínuo do desempenho e da disponibilidade dos links;
II – atendimento às solicitações de suporte técnico dentro dos prazos estabelecidos;

III – realização de manutenção preventiva periódica;
IV – correção imediata de falhas ou interrupções identificadas;
V – registro e acompanhamento das ocorrências técnicas;
VI – comunicação tempestiva à Administração sobre incidentes relevantes ou riscos à continuidade do serviço.

As rotinas deverão ser executadas de forma padronizada e documentada, permitindo o **acompanhamento e a fiscalização pela Administração**.

34. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A contratada deverá disponibilizar todos os **materiais, equipamentos e insumos necessários** à plena execução do objeto, sem ônus adicional para a Administração, incluindo, quando aplicável:

I – equipamentos de rede, tais como roteadores, switches, conversores e dispositivos correlatos;
II – cabos, conectores e demais materiais de infraestrutura;
III – softwares ou firmwares necessários ao funcionamento dos equipamentos;
IV – materiais de reposição indispensáveis à manutenção corretiva.

Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser **novos ou em perfeito estado de funcionamento**, tecnicamente adequados, compatíveis com a solução proposta e, quando aplicável, de **fabricação nacional**, atendendo às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

35. DAS NOTAS FISCAIS

A contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura mensal**, correspondente aos serviços efetivamente prestados no período, em conformidade com as disposições legais e fiscais vigentes.

A nota fiscal deverá conter, no mínimo:

- identificação do contrato e do período de referência;
- descrição clara e detalhada dos serviços prestados;
- valores unitários e totais, conforme pactuado;
- demais informações exigidas pela legislação tributária aplicável.

A apresentação da nota fiscal ficará condicionada ao **atesto do fiscal do contrato**, que certificará a regularidade da execução do serviço no período correspondente. Notas fiscais emitidas em desacordo com as condições contratuais poderão ser devolvidas para correção, suspendendo-se o prazo de pagamento até a regularização.

36. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

Para a correta elaboração das propostas, os licitantes deverão considerar todas as informações constantes neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, assumindo plena responsabilidade pelo adequado dimensionamento da solução ofertada.

36.1. Das especificações técnicas

Os licitantes deverão observar rigorosamente:

- as velocidades mínimas exigidas;
- a tecnologia preferencialmente adotada;
- os requisitos de qualidade, desempenho e disponibilidade;
- a necessidade de fornecimento integral dos equipamentos e materiais;
- as condições de suporte técnico e manutenção.

Não serão admitidas propostas que deixem de contemplar qualquer requisito técnico essencial previsto neste Termo de Referência.

36.2. Da especificação da garantia dos itens

Quando aplicável, os equipamentos fornecidos deverão contar com **garantia compatível com a natureza do objeto**, assegurando:

- substituição imediata em caso de defeito;
- manutenção da operacionalidade do serviço;
- inexistência de custos adicionais para a Administração.

A garantia dos itens deverá vigorar durante toda a execução contratual, quando fornecidos em regime de comodato.

37. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada pela Administração, por meio de **gestor e fiscal formalmente designados**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a correta execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

O modelo de gestão contratual compreenderá:

- acompanhamento sistemático da execução do serviço;
- verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

- análise dos indicadores de desempenho e qualidade;
- registro formal das ocorrências relevantes;
- adoção de medidas corretivas e sancionatórias, quando necessário.

A contratada deverá cooperar integralmente com a gestão e fiscalização do contrato, fornecendo todas as informações, documentos e esclarecimentos solicitados, de forma tempestiva e adequada.

38. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

O controle e a fiscalização da execução contratual serão exercidos pela Administração, de forma **contínua, sistemática e documentada**, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

A fiscalização abrangerá, entre outros aspectos:

- verificação da qualidade, estabilidade e disponibilidade do serviço;
- acompanhamento do cumprimento dos níveis de serviço pactuados;
- conferência do correto funcionamento dos equipamentos fornecidos;
- análise de registros de ocorrências e chamados técnicos;
- verificação da regularidade da execução mensal para fins de pagamento.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução adequada do objeto, respondendo esta por quaisquer falhas, irregularidades ou danos decorrentes da execução contratual.

39. DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO

A Administração designará, por ato formal, **gestor e fiscal do contrato**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aos quais competirá o acompanhamento, a coordenação e a fiscalização da execução contratual.

39.1. Do gestor do contrato

Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

- coordenar a execução contratual;
- promover a interlocução entre a Administração e a contratada;
- adotar providências para o saneamento de falhas;

- encaminhar pedidos de aplicação de sanções, quando cabível;
- avaliar a vantajosidade de prorrogações ou ajustes contratuais.

39.2. Do fiscal do contrato

Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar a execução técnica e operacional do objeto;
- atestar a regularidade dos serviços prestados;
- registrar ocorrências e não conformidades;
- subsidiar o gestor do contrato com informações técnicas;
- verificar a conformidade das notas fiscais apresentadas.

40. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

40.1. Obrigações da contratante

Constituem obrigações da contratante, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência:

I – fornecer à contratada as informações necessárias à execução do objeto;
II – designar gestor e fiscal do contrato;
III – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
IV – efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições pactuados;
V – aplicar as sanções cabíveis, quando caracterizado descumprimento contratual.

40.2. Obrigações da contratada

Constituem obrigações da contratada, além daquelas já previstas:

I – executar o objeto conforme as especificações técnicas e contratuais;
II – garantir a continuidade, a qualidade e a segurança do serviço;
III – fornecer suporte técnico adequado e tempestivo;
IV – cumprir integralmente as normas legais e contratuais aplicáveis;
V – manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação;
VI – responder por danos causados à Administração ou a terceiros.

41. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará esta às **sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, e incluem, sem prejuízo de outras legalmente cabíveis:

I – advertência;
II – multa, aplicada na forma e nos percentuais definidos no edital e no contrato;
III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos legais.

A aplicação das sanções observará critérios de proporcionalidade, razoabilidade e motivação, considerando:

- a natureza e a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- a existência de dolo ou culpa;
- a reincidência da contratada.

42. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

A alteração subjetiva do contrato somente será admitida nas hipóteses e condições previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos casos de:

- fusão;
- cisão;
- incorporação;
- transformação societária.

A eventual alteração subjetiva dependerá de **prévia análise e autorização expressa da Administração**, condicionada à comprovação de que a sucessora:

- atende integralmente às exigências de habilitação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira;
- mantém as condições originalmente pactuadas;
- não compromete a execução do objeto nem o interesse público.

É vedada qualquer alteração subjetiva que implique prejuízo à execução contratual ou burla ao procedimento licitatório.

43. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO BEM OU SERVIÇO COMUM

O objeto deste Termo de Referência é classificado como **serviço comum**, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade, fornecimento e execução podem ser **objetivamente definidos**, por meio de especificações usuais de mercado.

A classificação como serviço comum justifica a adoção da **modalidade Pregão, na forma eletrônica**, permitindo:

- ampla competitividade;
- julgamento objetivo das propostas;
- maior transparência e eficiência no processo licitatório;
- obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

44. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

A execução do contrato deverá observar, de forma rigorosa, as disposições da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)**, especialmente no que se refere ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados, armazenados ou transmitidos em razão da prestação do serviço.

A contratada compromete-se a:

- tratar dados pessoais apenas para fins estritamente necessários à execução do contrato;
- adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações;
- comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados.

É vedada a utilização de dados pessoais para finalidades diversas daquelas relacionadas à execução contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

45. DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

A contratada declara, sob as penas da lei, que **não pratica, não autoriza e não tolera** atos de corrupção, fraude, conluio, suborno ou quaisquer práticas ilícitas, comprometendo-se a conduzir suas atividades de forma ética, íntegra e em conformidade com a legislação vigente.

A contratada obriga-se a:

- cumprir integralmente as normas anticorrupção aplicáveis;

- não oferecer, prometer ou conceder vantagem indevida a agente público ou a terceiros relacionados à contratação;
- adotar medidas internas de prevenção e combate a práticas ilícitas;
- comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou indício que possa configurar irregularidade ou prática ilícita relacionada ao contrato.

O descumprimento desta cláusula poderá ensejar a **rescisão contratual**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

46. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação e **vincula todas as fases subsequentes**, servindo de base para a elaboração do edital, do contrato e para a fiscalização da execução contratual.

Eventuais ajustes técnicos ou operacionais poderão ser promovidos nas fases subsequentes, desde que:

- devidamente justificados;
- compatíveis com o objeto e com o interesse público;
- observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ficam os licitantes cientes de que a apresentação de proposta implica **pleno conhecimento e aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitidas alegações futuras de desconhecimento.

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

PREFEITURA MUNCIPAL DE GRANITO - PE.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

PREFEITURA MUNCIPAL DE GRANITO - PE.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

CONTRATO Nº: ..../...-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNCIPAL DE GRANITO E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Muncipal de Granito - Av Jose Saraiva Xavier, 90 - Centro - Granito - PE, CNPJ nº 11.040.888/0001-02, neste ato representada pelo Prefeito George Washington Pereira Alencar, Brasileira, Casado, Advogado, residente e domiciliado na Josefa Alencar, SN - Casa - Centro - Granito - PE, CPF nº 090.000.554-82, Carteira de Identidade nº 2005034059 SSP-CE, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 505, de 19 de Fevereiro de 2025; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 053, de 29 de Dezembro de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).

Representado por: ... x R$ ... .

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/05/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Lei Ordinária–PREF nº 524, de 05 de dezembro de 2025 LOA

04 122 0403 2801 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

04 122 0403 2804 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

08 122 0801 4026 0000 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

04 122 0403 2809 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GESTÃO E CONTROLE INTERNO

15 122 0403 2825 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

20 122 2001 2835 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL

20 605 2002 4010 0000 NANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO

18 122 1802 2845 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE EDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

26 122 2601 2856 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

27 812 2706 4029 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES

04 122 0405 4030 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS

04 122 0403 4037 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

04 122 0403 4038 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PROJETOS

10 122 1001 2985 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1001 2986 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA

10 302 1001 2869 0000 GESTAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 304 1001 2874 0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA

10 305 1001 2875 0000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EM SAÚDE

08 122 0801 2881 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 122 0808 2898 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

08 243 0809 4018 0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS

08 244 0810 4019 0000 MANUTENÇÃO DA CONZINHA COMUNITÁRIA

08 245 0802 4000 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

12 122 1201 2920 0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 1201 2925 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 1201 2995 0000 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SUPLEMENTARES PARA O ENSINO

12 361 1201 2925 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

12 365 1201 2928 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES

12 365 1201 2929 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL–PRÉ ESCOLA

18 122 0811 2944 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

04 122 0402 4024 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

08 122 0813 4035 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

elemento: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se esta contratação, de serviço contínuo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente,

permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: ...;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas

infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Bodocó.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Granito - PE, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS PELO CONTRATANTE

_____ _____

.....

PELO CONTRATADO

_____ _____

.....

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

PREFEITURA MUNCIPAL DE GRANITO - PE.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Muncipal de Granito, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

OBSERVAÇÃO: este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNCIPAL DE GRANITO

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI–FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

1 - Serviço de acesso à internet em banda larga, de natureza continuada, a ser provido prioritariamente por meio de fibra óptica sede do municipio e adjacencia povoado de lagoa nova			
CÓDIGO	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
ETP 1	Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de acesso à internet banda larga, prioritariamente por fibra óptica, para atendimento das unidades administrativas localizadas na sede do Município de Granito/PE, com velocidades entre 25 Mbps e 300 Mbps, incluindo instalação, ativação, configuração, equipamentos em comodato, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, pelo período de 12 meses, conforme pontos, velocidades e demais especificações constantes no Termo de Referência.	MÊS	12

2 - Serviço De Acesso À Internet Por Meio De Link Dedicado em Mbps (Upload E Download), Via Fibra Óptica Ou Tecnologia Equivalente, Com Ip Fixo, Tráfego Ilimitado, Fornecimento De Equipamentos Em Comodato, Instalação inclusos (Rancharia e Bela vista)			
CÓDIGO	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
ETP 1	Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de acesso à internet banda larga para unidades públicas localizadas nos distritos de Bela Vista e Rancharia, Município de Granito/PE, com links de 200 Mbps e 400 Mbps, incluindo instalação, ativação, configuração, equipamentos em comodato, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, pelo período de 12 meses, conforme pontos, velocidades e demais especificações constantes no Termo de Referência.	MÊS	12

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se esta contratação, de serviço contínuo.

O serviço a ser contratado, para o caso das atividades decorrentes a serem desenvolvidas pela Administração, é considerado continuado, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das ações programadas, de modo que sua interrupção na forma como se apresenta, pode comprometer a devida prestação dos serviços.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Municipal nº 505, de 19 de Fevereiro de 2025; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 053, de 29 de Dezembro de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6.Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7.Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8.Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI-FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura

do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se esta contratação, de serviço contínuo.

Destaca-se que a Administração vislumbrou uma maior vantagem econômica em razão da contratação plurianual, após a avaliação das circunstâncias pertinentes, inclusive quanto aos potenciais benefícios e os riscos previsíveis, considerando: a inconveniência da suspensão das atividades cujo desempenho deve ocorrer de modo contínuo; a ampliação do risco de insucesso, haja vista que a multiplicação de contratações, cada qual pactuada por prazo mais curto e com contratados diversos, elevaria a iminência de fracasso; o ônus da renovação constante de procedimentos, pela necessidade de realização de certames permanentemente em decorrência de eventual contratação firmada por um período abreviado, o que acabaria por multiplicar-se os custos e as despesas administrativas; e os ganhos de escala econômica, uma vez que a contração por prazo mais longo propicia previsível redução de dispêndios em vista da ampliação do prazo de execução do contrato, por um único e mesmo contratado. Entende-se, portanto, que a extensão do prazo de vigência do contrato permite, usualmente, a redução dos custos do contratado, o que se refletirá em preços mais vantajosos para a Administração.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

9.Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo a média dos preços encontrados.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R$ 238.095,00:

1 - Serviço de acesso à internet em banda larga, de natureza continuada, a ser provido prioritariamente por meio de fibra óptica sede do municipio e adjacencia povoado de lagoa nova						
CÓDIGO	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**OBS**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**P.UNITÁRIO**	**P. TOTAL**
ETP 1	Contratação de empresa especializada para prestaçã...		MÊS	12	15.161,25	181.935,00
				Total do Lote:		181.935,00

2 - Serviço De Acesso À Internet Por Meio De Link Dedicado em Mbps (Upload E Download), Via Fibra Óptica Ou Tecnologia Equivalente, Com Ip Fixo, Tráfego Ilimitado, Fornecimento De Equipamentos Em Comodato, Instalação inclusos (Rancharia e Bela vista)						
CÓDIGO	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**OBS**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**P.UNITÁRIO**	**P. TOTAL**
ETP 1	Contratação de empresa especializada para prestaçã...		MÊS	12	4.680,00	56.160,00
				Total do Lote:		56.160,00
				TOTAL:		238.095,00

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar.

10.Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI-FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

11.Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contração tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será dividido em lotes, formados por um ou mais itens, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por lote e o consequente prejuízo da economia de escala; quer seja na forma material, não sendo permitida a participação de consórcio. No entanto, poderá ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

12.Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE SEGURANÇA, CONECTIVIDADE E REDE WI-FI CORPORATIVA, ABRANGENDO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO DA SEDE E DO PRÉDIOS DO MUNICIPIO DE GRANITO incluso todo serviço de acesso à internet em banda larga.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de extinção contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a impossibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: avaliação prévia do local de execução do serviço; e qualificação técnico-operacional.

Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Portanto, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

Pela natureza do objeto desta contratação e observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

16.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Granito - PE, 11 de Maio de 2026.